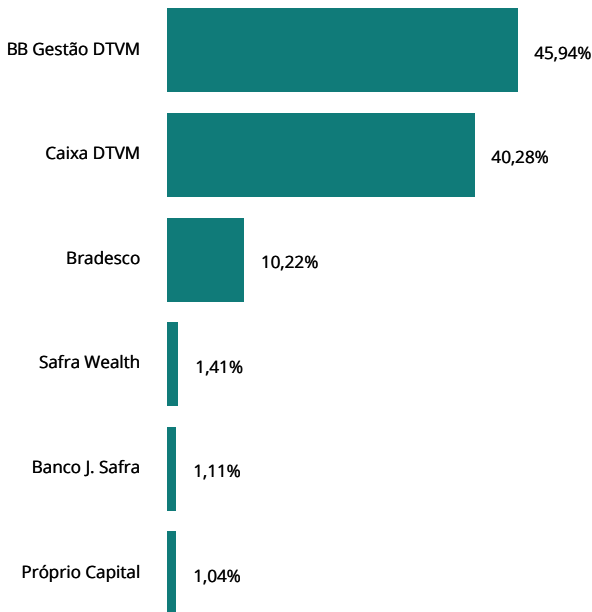


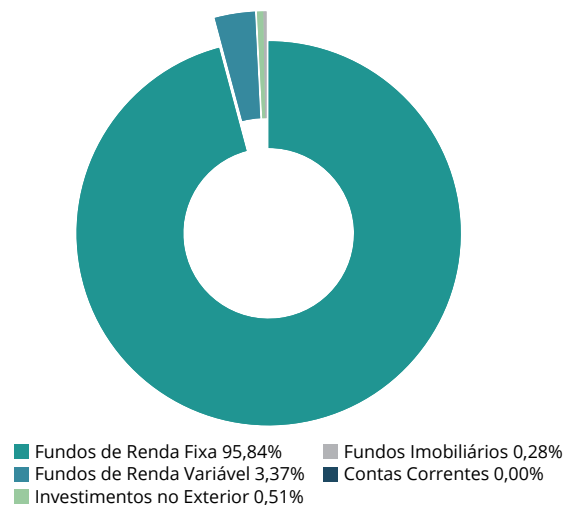
ANGEPREV

Os recursos do ANGEPREV são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



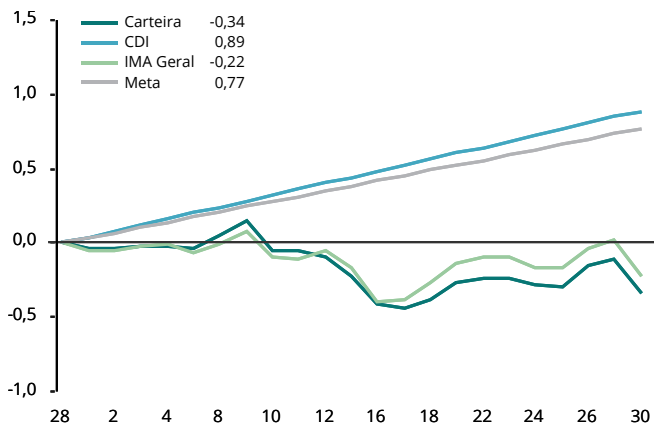
DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO



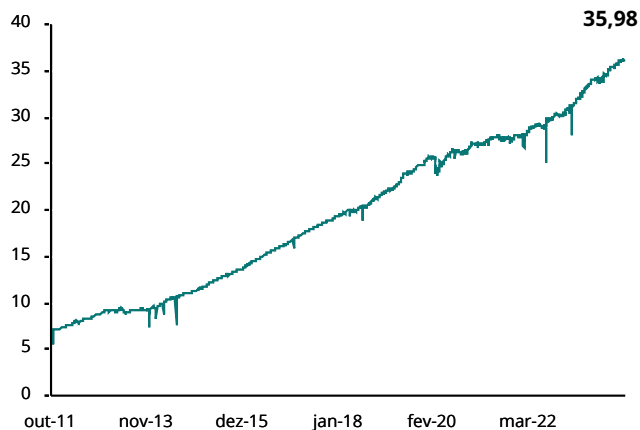
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
ANGEPREV	-0,34%	1,34%	10,69%
META ATUARIAL - INPC + 4,86% A.A.	0,77%	3,58%	8,15%
CDI	0,89%	3,54%	12,33%
IMA GERAL	-0,22%	1,41%	10,96%
IBOVESPA	-1,70%	-6,16%	20,58%

RENTABILIDADE ACUMULADA NO MÊS (EM %)



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)



ANGEPREV

O ambiente externo registrou uma piora no cenário e deteriorações das expectativas do mercado em abril. A justificativa deriva dos novos dados econômicos dos Estados Unidos, além do aumento das tensões geopolíticas que ampliaram o valor do dólar e do petróleo, sugerindo mais obstáculos para o processo de desinflação no ano.

Nos Estados Unidos, observou-se ainda uma economia resiliente e um mercado de trabalho robusto. No entanto, os dados de maior frequência, como o Índice de Gerente de Compras (PMI) de abril, mostraram uma tendência de recuo tanto em serviços quanto em indústria.

A primeira leitura do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre mostrou um crescimento de 1,6%, ante expectativa de 2,9%. Apesar da desaceleração, não significa que a economia norte-americana está fraca. A peculiaridade que reduziu o apetite por risco foi a permanência da pressão sobre os preços, dado que o núcleo de inflação medido trimestralmente pelo PCE subiu de 2,0% para 3,7%.

A leitura inesperada dos preços intensificou a perspectiva de que há cada vez menos possibilidade de cortes na taxa de juros. Tanto o Índice de Preços ao Consumidor (CPI), quanto o Índice de Preços para Gastos com Consumo Pessoal (PCE) ficaram acima das expectativas nos dados de março, ocasionando novamente a postergação do início da flexibilização da política monetária. No início do ano, o mercado precificava até 1,5% de queda no juro terminal, mas a possibilidade ficou em menos de 0,4% em abril.

Diante do contexto, o Federal Reserve decidiu pela manutenção dos juros entre 5,25% e 5,50%. No entanto, o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) decidiu por reduzir o ritmo de participação em títulos públicos, sendo tratada como uma política mais branda, pois permite maior circulação de dólares. Ademais, o Índice de Custo do Emprego (ECI) aumentou 1,2% no primeiro trimestre deste ano e os salários aumentaram 1,1%. Os dados ficaram acima do projetado, o que indica mais obstáculos para o arrefecimento da inflação e, conseqüentemente, reforçam a permanência de juros terminais elevados.

Na Zona do Euro, a economia expandiu mais do que esperado, após o avanço de 0,3% a preliminar do PIB do primeiro trimestre deste ano. O quarto trimestre de 2023 foi revisado para contração de 0,1%, o que significa que a região saiu do processo de recessão técnica.

Além disso, a preliminar do CPI cresceu 0,6% em abril e manteve o patamar de 2,4% em 12 meses. Por outro lado, o núcleo de inflação recuou de 2,9% para 2,7%, após o setor de serviços ter menor variação dos preços. A partir de uma conjuntura em que a inflação se arrefece e a presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, sinaliza que a inflação não precisa alcançar exatamente a meta de 2,0% para começar a reduzir os juros, as chances da flexibilização da política monetária em junho aumentam.

Na China, o CPI teve alta de 0,1% em março e esclarece que a demanda local seguiu enfraquecida. Ainda assim, o Banco Central da China manteve a taxa de referência em 3,45%, apesar da necessidade de o governo intervir no contexto econômico, a fim de estimular uma recuperação na economia.

Ainda que o consenso de mercado não vislumbre uma melhoria sustentável da economia chinesa no curto prazo, o resultado do PIB superou as expectativas com o crescimento de 1,6% no primeiro trimestre de 2024 e 5,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. No entanto, percebe-se que os setores de indústria e varejo estão desacelerando e, portanto, há a necessidade de o governo intensificar os estímulos para tentar apoiar a concepção de recuperação econômica nos próximos meses.

No Brasil, a parte mais longa da curva de juros continuou sendo impactada pelos ruídos fiscais. O governo central teve um déficit fiscal de R\$ 1,5 bilhões em março, evidenciando a incapacidade de o governo controlar os gastos.

O destaque ficou para a alteração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, em que ocorreram reajustes nas regras, como por exemplo a alteração da meta fiscal. A flexibilização da âncora fiscal mostra que o governo não quer enfrentar as penalidades definidas no arcabouço fiscal em caso de descumprimento do objetivo e, possivelmente deixar para resolver o impasse do controle da dívida no próximo governo em 2027.

Consolidando os resultados apresentados em abril, o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) registrou crescimento de 0,4%, enquanto o Monitor do PIB cresceu 0,8%, ambos com referência em fevereiro. A leitura reflete o avanço do varejo e da indústria, apesar da queda de serviços. O consumo segue contribuindo para o bom desempenho econômico e permite a renovação de revisões altistas para o PIB. No entanto, esse cenário promoveu mais preocupações sobre o processo desinflacionário e elevou a possibilidade do Comitê de Política Monetária (Copom) reduzir o ritmo de queda dos juros.

ANGEPREV

Sobre o mercado de trabalho, a taxa de desocupação cresceu para 7,9% no trimestre encerrado em março, justificado pelo maior número de pessoas buscando emprego. O rendimento médio permanece pressionado no patamar de R\$ 3.123 e deve ser considerado como um empecilho na política monetária. Em consonância, o Caged registrou cerca de 244 mil postos de trabalho, resultado além do esperado.

As bolsas das principais economias se desvalorizaram e as curvas de juros abriram em reação aos dados de inflação e desempenho econômico dos Estados Unidos. Os ativos de risco do Brasil apresentaram uma dinâmica semelhante, mas o risco fiscal complementou a falta de performance positiva. Por fim, as moedas se depreciaram em relação ao dólar.